

UMA ANÁLISE MARXISTA DO TRABALHO DAS MULHERES: SUSAN FERGUSON E A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Mariana Shinohara Roncato *

FERGUSON, Susan. *Women and Work: Feminism, Labour, and Social Reproduction*. London: Pluto Press, 2019. p. 175.

Sob a coordenação de Tithi Bhattacharya e Susan Ferguson, a série temática *Mapping Social Reproduction Theory*, da editora Pluto Press, reúne obras inéditas acerca da renovada Teoria da Reprodução Social (TRS). Essa série tem como escopo a publicação de livros que versam sobre as mais variadas opressões (de gênero, raça, sexualidade etc.) em articulação com o processo de criação da força de trabalho e o modo de produção capitalista. O debate sobre o feminismo e marxismo tem encontrado aqui um desenvolvimento teórico frutífero. *Women and Work: Feminism, Labour, and Social Reproduction* de Susan Ferguson, publicado em 2019, é uma das mais recentes contribuições dessa série temática.

A autora faz parte de uma nova geração de intelectuais – muitas situadas nos EUA e Canadá – engajadas na renovação do feminismo marxista. Essa geração, ao mesmo tempo em que questiona alguns pressupostos da longa tradição do feminismo socialista, faz jus ao método materialista e dialético de Marx (e, por isso, também questiona o autor), seguindo o princípio de encontrar uma compreensão de

* Universidade Federal do Espírito Santos (Ufes), Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, 29075-910, Vitória - ES, Brasil. Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN). marishinoharar@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9099-8913>

mundo que tenha a emancipação do ser social em seu horizonte. Tal perspectiva teórica tem logrado ressonâncias na América Latina e no Brasil, se consolidando como um dos debates mais inovadores da temática.

O presente livro, assim, traz um resgate crítico do debate feminista relativo ao trabalho, remontando às análises de pensadoras desde o século XVIII até as obras contemporâneas. Mais do que um mapeamento da temática, entretanto, esse resgate objetiva desvendar os pressupostos analíticos por detrás de várias pensadoras que enfrentaram a querela da relação entre o trabalho e gênero afim de consolidar novas teorias e argumentos para construção de um “movimento socialista pluralista de base ampla” (Ferguson, p. 2).¹ Para Ferguson, o feminismo da reprodução social consegue desenvolver uma teoria do trabalho e do gênero que amplia a compreensão de classe e de sua luta política.

Importante pontuar que, por reprodução social, na perspectiva da TRS, não se entende a reprodução do capital em um sentido ampliado, mas sim a reprodução física, geracional, material e psicológica da força de trabalho (Arruzza; Bhattacharya, 2020), seja ela assalariada ou não.

Destarte, o livro é dividido em duas partes e composto por oito capítulos. A primeira, denominada *Três Trajetórias* corresponde aos capítulos em que são apresentadas as interpretações sobre o trabalho e gênero que, segundo a autora, podem ser divididas em 1) feminismo da igualdade, 2) feminismo da igualdade crítica e 3) Teoria da Reprodução Social. A segunda parte, intitulada *Feminismo da Reprodução Social*, adentra na perspectiva compartilhada pela autora e traça o desenvolvimento teórico desta corrente, sua diferença com o feminismo da igualdade crítica e os desacordos internos ao debate da reprodução – como as diferentes análises sobre o trabalho doméstico não remunerado e se ele geraria ou não mais-valor.

¹ As traduções do original em inglês ao português são de nossa autoria.

No primeiro capítulo “The Labour Lens, Ferguson recupera a discussão sobre a passagem do feudalismo ao capitalismo e como este último remodelou o trabalho como um todo ao separar produção e reprodução social. O trabalho de produção da vida (reprodutivo), deste modo, estaria subsumido (relativamente) à produção, uma vez que é imperativo a venda da força de trabalho para obter um salário. O diálogo estabelecido com Marx ([1867] 2013) tem, todavia, um olhar voltado para a *relação* entre produção e reprodução social, bem como busca preencher lacunas ausentes na obra do autor alemão.

Como um meio de produzir mercadorias, o trabalho passa a ser direcionado a este fim e o trabalho reprodutivo realizado, principalmente, por mulheres perde autonomia (assim como é desvalorizado) na medida em que elas não têm mais acesso direto e controle dos meios de produção para sua subsistência. No entanto, para que o capitalismo possa produzir mercadorias e realizar a extração de mais-valor, ele necessita da força de trabalho posta em ação. E, por depender da força de trabalho para sua valorização, há que se controlar o trabalho das mulheres, e de fato o Estado capitalista intenta esta regulamentação, contudo não sem contradições. E é por essa razão que Ferguson conclui que as mulheres, por produzirem a mercadoria especial força de trabalho, estariam “no centro de um dilema intratável” (p. 13) sob o capitalismo.

Não obstante essas considerações, a maneira como cada corrente de pensamento e vertente do feminismo analisou o trabalho reprodutivo em relação ao trabalho da produção é substancialmente diversa. Tais diferenças serão analisadas por Ferguson nos capítulos subsequentes.

O segundo capítulo “The Rational-Humanist Roots of Equality Feminism” explora as pensadoras do século XVIII que se dedicaram ao tema do trabalho das mulheres, dialogando com Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft, Priscilla Wakefield, entre outras consideradas

pioneiras no tratamento da condição da mulher. Ferguson destaca que foi neste período que a tradição “racional humanista” foi inaugurada, especialmente pela *querelle des femmes*, onde a questão do trabalho tinha um sentido próprio.

As autoras deste período estariam mais comprometidas em denunciar a difamação que as mulheres de sua época sofriam, reivindicando o seu lugar como seres autônomas e iguais. Aqui, há uma ética positiva do trabalho na medida em que o ofício fora de casa e a independência econômica da mulher seriam um ponto de chegada a ser almejado e um caminho para o fim da opressão de gênero, como reivindicava Wollstonecraft por exemplo. As barreiras para a igualdade, portanto, estariam nas instituições que agiam de formas irracionais e restringiam a participação plena das mulheres na sociedade.

No capítulo 3, “Socialist Feminism: Two Approaches to Understanding Women’s Work”, são investigados dois tipos de raciocínios sobre trabalho e gênero por detrás do pensamento de socialistas utópicos; o primeiro de cunho moral e o segundo identificado como científico, segundo Ferguson. Estas duas matrizes, vale dizer, estariam presentes não somente em autores deste período, mas também perpassariam as correntes de pensamentos até os dias de hoje. Tais matrizes desembocariam em um pensamento racional humanista de um lado, e político-econômico no segundo caso.

Um destaque para o pensamento desta época estaria na obra de Anna Wheeler e William Thompson² que, para Ferguson, pela primeira vez consolidava uma base científica – e premissa do feminismo da reprodução social – para a análise do trabalho das mulheres na sociedade de classes. Embora os autores tenham partido de uma crítica racional humanista do trabalho reprodutivo, logo passaram teorizar em termos de uma “relação contraditória” entre o trabalho reprodutivo e o trabalho

² *The Appeal of One Half the Human Race, Women, Against the Pretensions of the Other Half, Men, to Retain Them in Political, and thence in Civil and Domestic Slavery*, publicado em 1825.

“capitalisticamente produtivo” (p. 41). Assim, como resultado, Wheeler e Thompson compreendiam que as “lutas especiais”, ou seja, as lutas das mulheres, poderiam ser anticapitalistas também, rechaçando o seu caráter opcional e contingente.

Longe de ser uma posição consensual, os autores acima citados têm uma análise distinta da longa tradição de pensadoras, inclusive do feminismo socialista hegemônico. Há nesses últimos, assim como em boa parte dos socialistas utópicos, uma perspectiva que considera o “trabalho doméstico não remunerado das mulheres como essencial, porém irrelevante para o funcionamento do capital; relações de poder patriarcais existem fora do capitalismo, o que significa que a luta contra elas só pode ser em adição à luta contra o capitalismo” (Ferguson, p. 41). Fourier, Owen e até mesmo Flora Tristan, cada um ao seu modo, denunciaram a desigualdade entre mulheres e homens, bem como reivindicaram a socialização do trabalho doméstico. Entretanto, eles não chegaram a teorizar, segundo a autora, o lugar desse trabalho no capitalismo, resultando em uma análise de cunho moral e não econômica do trabalho reprodutivo.

“Equal Work For and Against Capital” é o quarto capítulo do livro e aborda as transformações que ocorreram no final do século XIX. Ferguson retrata a expansão do trabalho assalariado, o surgimento da noção de domesticidade para mulheres brancas, assim como a racialização do trabalho doméstico assalariado para as mulheres negras. A visão predominante do feminismo branco desta época era conceituar o trabalho doméstico como inerentemente opressivo e, por isso, o empenho analítico e político foi direcionado para as desigualdades no trabalho assalariado fora de casa.

Tal visão é compartilhada por pensadores como Engels, Bebel, bem como para Zetkin e Kollontai e considera que o trabalho doméstico seria oneroso e um obstáculo para a entrada das mulheres no trabalho assalariado. A proposta de socialização do trabalho doméstico,

deste modo, seria tão somente um meio para livrar as mulheres deste fardo e direcioná-las à revolução socialista. Para Ferguson, todos estes autores falham em construir uma teorização sobre o trabalho reprodutivo em sua relação com o trabalho da produção. A constatação de que o trabalho doméstico não remunerado é opressivo para a mulher, ainda que central para o feminismo, é um ponto comum para todas as abordagens, sejam elas socialistas ou liberais. Não obstante, *como* este trabalho é teorizado *em relação* ao trabalho de produção é o que está ausente em todas elas, e é precisamente esta relação que a TRS irá inquirir.

Por fim, neste capítulo, a autora problematiza as implicações políticas desses feminismos que podem incorrer em estratégias de luta de cunho dualista, etapista ou se direcionar a um reducionismo de classe. Para ela, essas seriam as armadilhas do feminismo da igualdade crítica, visão predominante no feminismo socialista.

O capítulo 5, “Anti-Racist Feminism and Women’s Work” analisa algumas correntes e pensadoras do feminismo negro, situadas especialmente no começo do século XX. Uma contribuição importante deste período advém da visão compartilhada por muitas delas de que não há ilusões para com o ingresso no mercado de trabalho (Ferguson, p. 71). Ao contrário do feminismo precedente que canalizou esforços para a entrada da mulher branca no mercado de trabalho, a posição social em que as mulheres negras se encontravam não as permitiam ter esta mirada otimista. Essa mudança de análise e/ou olhar só é possibilitada pelo que a teoria feminista chamaria de “ponto de observação” (Saffioti, 1991) ou “privilegio epistemológico” (Jaggar, 1999) próprio ao sujeito oprimido.

Ferguson dialoga com os trabalhos de Sojourner Truth, Anna Julia Cooper, Sadie Alexander e Claudia Jones e avalia que, de modo geral, todas elas pesquisaram sobre o trabalho, a mulher e o racismo e implicitamente desafiaram os pressupostos e direcionamentos políti-

cos dos feminismos brancos de sua época. A obra³ de Claudia Jones é destacada em razão de sua teorização sobre a “natureza complexa do escopo do trabalho de reprodução social” (Ferguson, p. 79), enfoque que apenas décadas mais tarde iria ser incorporado pela TRS. Jones sustenta a posição que Angela Davis adotaria anos depois, ao entender que a luta de classes não se restringe ao local de trabalho.

No capítulo 6, “A Political Economy of “Women’s Work”: Producing Patriarchal Capitalism” há o diálogo com autoras contemporâneas como Mary Inman, Angela Davis, Sheila Rowbotham, Mariarosa Dalla Costa, Silvia Federici, Betty Friedan, Selma James, Margaret Benston, entre outras importantes intelectuais. Ferguson estabelece um crítico debate com temas como: divisão sexual do trabalho, salário por trabalho doméstico, racismo, patriarcado enquanto sistema, entre outras questões chaves para o feminismo. Ela identifica que em todas, há invariavelmente a perspectiva do feminismo da igualdade ou o feminismo da igualdade crítica subjacente às teorizações do trabalho generificado.

Importante destacar que nesse capítulo Ferguson levanta uma questão crucial, ao indicar que tanto o feminismo liberal quanto o socialista assumem a divisão sexual do trabalho como central para a explicação da gênese da opressão das mulheres. Diferentemente, a TRS considera que a gênese da opressão das mulheres não estaria em tal divisão, tampouco no trabalho doméstico não remunerado. Estes, seriam, antes de tudo, consequências da organização capitalista que generifica o trabalho. Assim, o ponto central estaria no *modo* como trabalho reprodutivo e capitalisticamente produtivo *interagem* sob o modo de produção capitalista.

No capítulo 7, “Renewing Social Reproduction Feminism”, são apresentadas as inovações teórico-analíticas da TRS, especialmente com o debate introduzido por Lise Vogel em

seu livro *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*, de 1983. É certo afirmar que a obra de Vogel inaugura um novo debate no feminismo marxista, em que pese a pouca repercussão à época de sua publicação. O livro acabou por influenciar, duas décadas depois, a própria Ferguson, bem como novas intelectuais marxistas interessadas em teorizar a exploração e opressão de modo unitário, desenvolvendo um dos debates mais fecundos da atualidade. Vogel, para Ferguson, tem o mérito de ampliar a noção de trabalho reprodutivo e de assumir como objeto de sua investigação não a família patriarcal, mas “a lógica sócio-histórica através da qual o capitalismo e a família patriarcal são coconstituídos” (Ferguson, p. 112). Deste modo, a opressão das mulheres estaria na sua “posição diferencial com respeito aos processos de substituição geracional” (Ferguson, p. 113), e não no trabalho doméstico *per se*.

Nesse mesmo capítulo, Ferguson argumenta também que o feminismo negro trouxe a ideia de que o “trabalho doméstico não remunerado deve ser abandonado como a categoria universalizante na qual gira a explicação da opressão das mulheres.” (Ferguson, p. 106). Tal afirmação contraria o feminismo branco, que associa o trabalho doméstico necessariamente com a gratuidade ou com a opressão, análise limitada ao universo branco de classe média, ou seja, pouco elucidativo para apreender a condição das mulheres.

“O trabalho que produz a força de trabalho cria valor?” (Ferguson, p. 122). A resposta a esta pergunta dividiu o feminismo da reprodução social e este debate é investigado no oitavo e último capítulo chamado “The Social Reproduction Strike: Life-Making Beyond Capitalism”. Ferguson observa que a divisão se manifestou em 1) *feministas autonomistas* que acreditam que sim, o trabalho reprodutivo não remunerado cria mais-valor e 2) a *escola marxista* que alega que não cria mais-valor, pois embora essencial ao capitalismo, o trabalho reprodutivo não remunerado é capitalística-

³ *We Seek Full Equality for Women* (1949).

mente improdutivo, em termos marxianos da teoria do valor.

Em anos recentes, seja no Brasil seja em outros países, o debate relativo ao trabalho doméstico não remunerado ser produtor de mais-valor tem ganhado terreno nos circuitos feministas em razão da repercussão da obra da Silvia Federici. Apesar de muitas vezes serem colocadas sob o mesmo guarda-chuva da reprodução social, as perspectivas analíticas e referências teóricas do autonomismo de Federici e o marxismo da Teoria da Reprodução Social se diferenciam substancialmente.⁴

Para Ferguson, além de Federici, no feminismo autonomista estariam teóricas como Fortunati, Selma James, Dalla Costa, entre outras feministas oriundas da tradição do operariado italiano e do debate do trabalho doméstico. Emergindo dos debates da década de 1960 e 1970, a tese dessas autoras era de que o trabalho reprodutivo não remunerado cria a mercadoria força de trabalho que, ao ser vendida, produz valor, logo (em uma explicação racional), o próprio trabalho reprodutivo não remunerado (trabalho doméstico) seria criador de mais-valor. Neste raciocínio, a forma salário teria a função de invisibilizar a relação do trabalho reprodutivo com o capital. Ferguson afirma que esta tese nunca conseguiu demonstrar de qual maneira ocorreria a criação deste mais-valor, pois uma vez sendo uma afirmação polêmica e divergente à teoria do valor de Marx, ela deveria ser explicada, o que não aconteceu. Aqui, para a autora, categorias como valor e produtivo teriam sido instrumentalizadas de modo vazio, ao menos no sentido da teoria do valor proposta por Marx.

Sobre essa interpretação da criação de mais-valor, Ferguson se filia à escola marxista e assume uma visão mais clássica do marxismo, assim como o fazem Bhattacharya e Arruzza. Elas enfatizam o trabalho reprodutivo não remunerado como essencial, porém, consideram

que a determinação do valor ocorre via produção de mercadorias e serviços destinados à troca, não sendo este o caso do trabalho reprodutivo não remunerado. Os produtos desse trabalho são refeições, casas e roupas limpas, cuidado, amor, disciplina, conhecimento, entre outras “coisas úteis” e fundamentais para produção da vida e do capitalismo, mas que não entram para o circuito de mercadorias e venda. Neste sentido, a corrente de Ferguson diverge do feminismo autonomista e entende que imputar a criação de mais-valor para esse trabalho incorre em um viés funcionalista, e que acabaria por dissolver a opressão a uma lógica puramente econômica da acumulação.

Por fim, a autora mostra como essas diferentes interpretações sobre o trabalho doméstico e a produção de valor se desdobram em distintas estratégias políticas e de luta para essas duas correntes do pensamento feminista.

Women and Work: Feminism, Labour, and Social Reproduction se destaca pelo caráter inovador com que, a partir da TRS, Ferguson constrói uma investigação de fôlego que abrange mais de dois séculos e examina uma miríade de concepções e teorizações sobre trabalho e gênero. Com efeito, há a escolha de diálogo com o pensamento de matriz ocidental, centrado na Europa e nos EUA por meio de intelectuais de destaque que forjaram nosso entendimento da temática. O intuito é fornecer uma base teórica mais robusta e inserida na tradição marxista para teorizar a gênese da opressão das mulheres, a articulação entre produção e reprodução social, entre outros questionamentos caros à tradição do feminismo marxista. A preocupação que norteia a TRS tem como ponto de partida se perguntar “[...] quais são as implicações da força de trabalho sendo produzida fora do circuito de produção de mercadorias, embora sendo essencial para ele?” (Bhattacharya, 2017, p. 73).

O livro é muito bem-sucedido nessa empreitada em ser fiel ao método materialista e por isso, não hesita em questionar análises consagradas da temática. A contradição entre

⁴ Para uma síntese deste debate, ver *La reproducción social en disputa: un debate entre autonomistas y marxistas* de Paula Varela (2020).

criação de valor e produção da vida, com a TRS, ganha um novo viés analítico, que tem como objetivo final desafiar a destruição da vida engendrada pelas relações sociais capitalistas de produção.

Como desafio teórico-analítico, vale dizer, cabe a continuidade de pesquisa deste renovado feminismo marxista em questões-chaves ainda pouco exploradas, quando não ausentes na TRS, tais como a sexualidade, o trabalho escravizado, a divisão internacional do trabalho, a subjetividade, entre outras temáticas caras à contemporaneidade. A América Latina, e em especial a Argentina e o Brasil, tem se consolidando como um campo fértil de desenvolvimento desta corrente teórica que se iniciou muito recentemente,⁵ porém abundante em possibilidades.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, C., BHATTACHARYA, T. Teoría de la Reproducción Social. Elementos fundamentales para un feminismo marxista. *Archivos De Historia Del Movimiento Obrero Y La Izquierda*, Buenos Aires, n. 16, p. 37-69, 2020.

BHATTACHARYA, T. *Social Reproduction Theory: remapping class, recentering oppression*. London: Pluto Press, 2017.

JAGGAR, A.; BORDO, S. *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MARX, Karl. *O Capital: volume I*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAFFIOTI, H. Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: M. A. M. Silva (org.), *Mulher em 6 tempos*. Araraquara: UNESP, 1991. p. 141-176.

VARELA, Paula. La reproducción social en disputa: un debate entre autonomistas y marxistas. *Archivos de Historia del Movimiento Obrero y la Izquierda*, Buenos Aires, n. 16, p. 71-92, 2020.

VOGEL, Lise. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013.

Recebido para publicação em 19 de março de 2021
Aceito em 29 de abril de 2022

Mariana Shinohara Roncato – Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), atualmente professora substituta da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Foi pesquisadora visitante da Universidade de Sophia/ Tóquio, Japão entre 2016 - 2017, através da Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE) da FAPESP. É integrante do grupo de pesquisa Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses sob a coordenação do prof. Ricardo Antunes e membra do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social. Sua mais recente publicação é “Trabalho imigrante de kassegui: classe social, etnia e gênero” (Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV, 2019).

⁵ Com exceção de artigos acadêmicos e dossiês, neste momento, as principais obras da Teoria da Reprodução Social ainda não se encontram traduzidas para a língua portuguesa.